

Estudo Técnico Preliminar 14/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.062249/2023-39

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente processo administrativo tem por objetivo a contratação, através de Inexigibilidade de Licitação, da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para atender a Agência da Previdência Social (APS) Campo Largo, vinculada à Gerência Executiva de Curitiba/PR, localizada à Rua Joaquim Ribas de Andrade, nº 1350 - Centro, Campo Largo, Paraná.

2.2. Atualmente o serviço vem sendo prestado pela COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA COCEL, CNPJ n.º 75.805.895/0001-30, através do contrato nº 12/2018, processo nº 35183.001099/2018-88, cujo prazo de vigência terminará em 12/09/2023, conforme informações do Documento de Formalização da Demanda - DFD 10689207.

2.3. A contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica é essencial para o funcionamento da APS Campo Largo/SC, tendo em vista sua essencialidade para o desempenho de suas atribuições básicas e cuja interrupção compromete a continuidade das atividades finalísticas do órgão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
LOG-CONC/SRSUL	Douglas Loss Zarpelon

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos Legais:

- Decreto nº 24.643, de 10/07/1934: Código de Águas.
- Decreto nº 62.724, de 17/05/1968: normas gerais de tarifação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica.
- Decreto nº 5.163, de 30/07/2004: regulamenta a comercialização de energia elétrica.
- Lei nº 8.987, de 13/02/1995: Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal.
- Lei nº 9.074, de 07/07/1995: normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.
- Lei nº 9.427, de 26/12/1996: Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.
- Lei nº 10.848, de 15/03/2004: Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.
- Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07/12/2021: Estabelece as regras de prestação do serviço público de distribuição de Energia Elétrica.
- Lei nº 14.133/2021: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.2. A contratação se dará por Inexigibilidade de Licitação, por ser a CONCESSIONÁRIA a única empresa autorizada a prestar os serviços no município de Campo Largo. O amparo legal está no Inciso I do Artigo 74 da Lei 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

4.3. A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA COCEL possui concessão federal para distribuição de energia elétrica no município de Campo Largo/PR, conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 27/1998 - ANEEL, celebrado entre a União e a COCEL, anexado no documento SEI 10809253 e seu 5º Termo Aditivo (10810198), que prorrogou a vigência do contrato até 07/07/2045.

4.4. A prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica é essencial para o funcionamento da unidade mencionada, por isso, seguindo a Orientação Normativa AGU Nº 36, de 13/12/2011 (transcrita abaixo), o prazo de vigência da contratação será até 07/07/2045, pois esse é o prazo final do contrato de concessão da empresa COCEL.

"A ADMINISTRAÇÃO PODE ESTABELECEER A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO NOS CONTRATOS EM QUE SEJA USUÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, SERVIÇOS POSTAIS MONOPOLIZADOS PELA ECT (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS) E AJUSTES FIRMADOS COM A IMPRENSA NACIONAL, DESDE QUE NO PROCESSO DA CONTRATAÇÃO ESTEJAM EXPLICITADOS OS MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A ADOÇÃO DO PRAZO INDETERMINADO E COMPROVADAS, A CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO, A ESTIMATIVA DE CONSUMO E A EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS."

4.5. O serviço possui natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Os serviços de energia elétrica são prestados pelos estados ou municípios e compreendem o fornecimento de energia elétrica, todos regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

5.2. A ANEEL tem as atribuições de:

- Regular a geração (produção), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;
- Fiscalizar, diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e os serviços de energia elétrica;
- Implementar as políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos;
- Estabelecer tarifas;
- Dirimir as divergências, na esfera administrativa, entre os agentes e entre esses agentes e os consumidores; e
- Promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica, por delegação do Governo Federal.

5.3. A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA COCEL, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 520 - Centro, em Campo Largo - PR, CEP 83601-140, inscrita no CNPJ sob o número 75.805.895/0001-30, é responsável pela distribuição de energia no Município elencado neste Estudo Técnico Preliminar.

5.4. Existe a inviabilidade de competição, ou seja, quando "um dos contedores reúne qualidades tais que se torna único, exclusivo, a tal ponto que inibe os demais licitantes, sem condições competitivas".

5.5. Portanto, diante da hipótese de inexigibilidade de licitação quando restar demonstrada a exclusividade no fornecimento de energia elétrica na base territorial do município, por restar inviabilizada a realização de procedimento licitatório, traduzido em fornecedor exclusivo.

5.6. Conclui-se que a transmissão de energia elétrica é um serviço público sob regime de monopólio reconhecida como serviço público e fundamenta-se na Inexigibilidade de Licitação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica visa o fornecimento de forma contínua, sendo imprescindível para a segurança e funcionamento das instalações prediais do INSS.

6.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA acompanhar a medição do consumo de energia elétrica, bem como a emissão das faturas para pagamento das tarifas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Estimativas realizadas pela LOG-CONC - SRSUL (Setor de Contratos de Concessionárias e Telefonia) no DFD (10689207), onde foi informado que as quantidades estimadas foram baseadas no processo ainda em execução de número 35183.001099/2018-88:

GERÊNCIA EXECUTIVA	UF	UNIDADE CONSUMIDORA	APS / MUNICÍPIO	ENDEREÇO	MÉDIA CONSUMO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
Curitiba	PR	1599538	Campo Largo	Rua Joaquim Ribas de Andrade, nº 1350 - Centro, CEP 83601100	820 KWH	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 12.000,00

8.1. A equipe de planejamento da contratação realizou o estudo do valor médio do consumo mensal, do contrato nº 12/2018, que vencerá em 12/09/2023, referente aos últimos doze meses, com base na relação de pagamentos extraída do GCWEB em 08/03/2023 - Anexo I deste ETP e encontrou os resultados descritos na tabela abaixo:

VALOR MÉDIO DE CONSUMO MENSAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES	
Competência	Valor (R\$)
02/2022	1.312,65
03/2022	1.354,60
04/2022	974,34
05/2022	737,89
06/2022	563,91
07/2022	499,03
08/2022	529,68
09/2022	403,62
10/2022	472,00
11/2022	480,11
12/2022	590,20
01/2023	847,83
VALOR MÉDIO	730,49

8.2. Com base na tabela acima, verificou-se que o valor médio mensal dos últimos doze meses foi de R\$ 730,49 (setecentos e trinta reais e quarenta e nove centavos).

8.3. O valor mensal a ser contratado, além de cobrir reajustes, ainda visa cobrir alterações sazonais do consumo. Há também que se considerar uma margem de segurança, uma vez que podem apresentar "fugas" de corrente.

8.4. Diante disso, optou-se por considerar o valor mensal estimado de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a nova contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é inviável pois o fornecedor é agente titular de concessão de serviço público municipal de energia elétrica, tendo exclusividade na prestação desses serviços na cidade de Campo Largo/PR.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A nova contratação visa substituir o atual contrato da unidade em questão, contrato nº 12/2018, processo 35183.001099 /2018-88, cuja vigência se encerra em 12/09/2023, não podendo ser prorrogado, face moldes antigos de contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretensa contratação se faz consonante com o Planejamento Estratégico do INSS, cujas ações constantes do seu Mapa Estratégico para o quadriênio 2020 – 2023 foi aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 02/CEGOV/INSS, de 31 de dezembro 2019 e atualizada pela Resolução 07/CEGOV/INSS, de 10 de junho de 2020. Prevê ações de MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA com a Modernização da Rede de Atendimento e OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS com o aperfeiçoamento das aplicações dos recursos.

11.2. Há também a previsão na Instrução Normativa nº 99 de 27/12/2018 que trata da centralização das licitações nas Superintendências.

11.3. Nesta mesma esteira tem-se a publicação da Resolução nº 556 /PRES/INSS, de 04/11/2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração do Plano de Ação do INSS, estabelecendo uma cesta básica de contratos para todas as unidades:

Ação	Indicador	Serviços e Insumos Considerados
Contratar 100% da Cesta Básica de Contratos.	Quantidade de contratos da cesta básica firmados.	<ul style="list-style-type: none">• Vigilância Ostensiva;• Vigilância Eletrônica;• Manutenção Predial;• Manutenção de Ar Condicionado;• Limpeza;• Correios;• Telefonia Fixa;• Reprografia;• Água,• Energia Elétrica e• Manutenção de Elevador (se existir).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Manutenção da prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica para atender a Agência do INSS em Campo Largo /PR. Serviço considerado essencial ao funcionamento das unidades, sem o quais não seria possível o atendimento aos cidadãos e a concessão e manutenção de benefícios (atividade fim da Autarquia).

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Manter acesso livre aos empregados e representantes da CONCESSIONÁRIA às instalações da unidade consumidora na cidade de Campo Largo, para fins de inspeção e leitura.

13.2. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há previsão de possíveis impactos ambientais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação desta empresa é a única alternativa para disponibilizarmos aos segurados e aos servidores do INSS o fornecimento de energia elétrica e garantir, assim, o funcionamento dos serviços prestados por esta Autarquia.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Despacho de Designação de Equipe de Planejamento SEI 10729885

ALESSANDRA MUSSI DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/03/2023 às 10:16:08.

Despacho: Despacho de Designação de Equipe de Planejamento SEI 10729885

ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 09/03/2023 às 08:52:40.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - gcweb execução contrato 12.2018 cocel.pdf (167.61 KB)

Anexo I - gcweb execução contrato 12.2018 cocel.pdf

Contrato nº 12/2018



Clique no gráfico e arraste para ampliar

